

# **ESTUDO DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE A POLÍTICA DE BONIFICAÇÃO DE PERNAMBUCO NO PPGEDU-UFPE, PPGEDUC-UFPE e PPGEI-UFRPE**

Viviane Rauane Bezerra Silva, PPEDU-UFPE

viviane.rauane@ufpe.br

Noélia Carolina Silva de Melo, PPGEDU-UFPE

noelia.carolina@ufpe.br

## **INTRODUÇÃO**

O estudo objetiva analisar as produções acadêmicas que estão sendo realizadas no estado de Pernambuco nos diferentes Programas de Pós-Graduação em Educação. Partindo do pressuposto que diante da implantação pela gestão do estado de políticas públicas voltadas para a qualidade na educação, baseadas em índices sintéticos e avaliações em larga escala, juntamente com a prática de bonificação, surge um interesse em estudá-las para compreender suas nuances e desdobramentos na educação pública estadual. A influência dessa política estadual dentro da escola se apresenta de formas diversas, como, por exemplo, através de recomendações para a gestão e para os professores em sala de aula visando melhorar os índices avaliativos.

Em 2008 foi implantado no Estado de Pernambuco o Programa de Modernização da Gestão Pública - Metas para Educação. Objetivamos, portanto, compreender como têm se desenvolvido as pesquisas sobre a política de bonificação atrelada aos resultados das avaliações externas nos Programas de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), campus Recife e Caruaru, e Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

Realizamos uma pesquisa exploratória a partir de fontes bibliográficas (GIL, 2016), mais especificamente, as dissertações e teses presentes no Repositório Digital da UFPE nos seus dois PPGE's e no Repositório Institucional da UFRPE. Com um recorte temporal de 10 (dez) anos, de 2009 a 2019, por considerar que as produções do ano de 2020 foram afetadas devido a pandemia do Coronavírus. Foram encontrados 9 (nove) trabalhos, a partir dos descritores: avaliação educacional e bônus/bonificação.

## **PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA (PMGP-ME) DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

Celina Souza nos apresenta questões que podem nortear a análise da ação do Estado através da política. De acordo com a autora, devemos buscar "responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz" (SOUZA, 2007, p.68). Por outro lado, é importante destacar que nas últimas décadas a política educacional vem assumindo novas formas de regulação social, que já são adotadas em um nível global. Segundo Azevedo e Gomes (2009), a regulação estatal tem "estreita articulação com as novas configurações assumidas pelo Estado no controle da vida social e econômica materializado pelas políticas públicas" (p. 96). A política apresentada aqui se baseia em avaliações externas em larga escala na educação, com a divulgação de seus resultados através de *ranqueamento* das escolas. Tais testes avaliam apenas os conhecimentos em Português e Matemática, entre escolas em diferentes condições.

Bonamino e Sousa (2012) apontam que esse processo de *ranqueamento* das escolas, se caracteriza como uma estratégia de responsabilização, que se alicerçaram na virada do século, nas políticas educacionais, mostrando a sociedade o seu compromisso com o bom desempenho, na promoção da transparência e da responsabilização através dos resultados. Santos, Andrade e Marques (2019) colocam que "o recrudescimento da responsabilização e regulação do trabalho escolar e do trabalho docente como marca que se evidencia na política educacional em Pernambuco" (p. 14).

Quando analisamos o PMGP-ME à luz dos autores supracitados, percebemos que os estudantes são submetidos às provas do Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco (SAEPE), depois são divulgados os resultados através do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de Pernambuco (IDEPE) e por fim é realizado a recompensa através do Bônus de Desempenho Educacional (BDE) para as escolas que atingirem suas respectivas metas, e as exigências para as que não atingiram.

O Programa é direcionado às escolas da Rede Estadual de Ensino (níveis fundamental e médio) e, a partir da assinatura do Termo de Compromisso, a gestão da escola se compromete a buscar estratégias para alcançar as metas estabelecidas e alimentar o sistema de informações da Secretaria do Estado, para compor os dados do Censo Escolar. Depois os alunos desta escola são avaliados anualmente nas séries finais de cada ciclo (5º e 9º ano - Ensino Fundamental e 3º ano - Ensino Médio) através da prova do SAEPE. (PERNAMBUCO, 2008).

O resultado da avaliação juntamente com os dados do Censo Escolar, compõem o IDEPE e, as escolas que atingirem a partir de 50% da meta até o total de 100%, receberão sua premiação, o BDE. (PERNAMBUCO, 2008). Vale ressaltar que o pagamento do bônus só será realizado caso a escola consiga atingir a sua meta.

## ANÁLISE E DISCUSSÕES

A partir do **descriptor avaliação** encontramos 4 trabalhos no PPGEdu- UFPE, sendo 3 dissertações e 1 tese; no PPGEduc- UFPE/CAA, com o mesmo descriptor, achamos 2 trabalhos, apenas dissertações. Já no PPGECI-UFRPE não encontramos nenhum trabalho. A partir do **descriptor bônus/bonificação** foram detectados três trabalhos no PPGEdu-UFPE, sendo 2 dissertações e 1 tese, e nenhum trabalho no PPGECI-UFRPE e no PPGEduc-UFPE/CAA. Realizamos a análise dos resumos e considerações finais dos trabalhos, buscando observar os seguintes elementos: as temáticas, perspectiva teórico-metodológica utilizada, instrumentos e os principais resultados.

Ao analisarmos os trabalhos, suas temáticas estão na maioria voltados para a percepção da comunidade escolar (gestores e professores) sobre a política de avaliação e bonificação, um total de 7 pesquisas, outras 2 tiveram outros focos como a produção do conhecimento sobre avaliação e responsabilização e uma investigação sobre os mecanismos que pressionam a construção de políticas públicas de avaliação. Percebemos também um aumento considerável de produções ao longo dos anos, uma vez que entre 2009 à 2014 foram encontrados 2 trabalhos e entre 2015 e 2019 encontramos 7 trabalhos.

As opções teórico-metodológicas variam entre si, mas todas as pesquisas afirmam serem de caráter qualitativo. No que se refere à análise dos dados, quatro delas utilizaram da Análise do Discurso de Norman Fairclough, três se pautaram na abordagem da Análise de Conteúdo de Bardin e duas no Materialismo Histórico Dialético. Já quando olhamos para os instrumentos utilizados, fica visível a opção por múltiplas técnicas (Entrevista, observação e análise documental) representada por um total de 4 trabalhos, já 2 utilizam análise documental e entrevistas, os demais trabalhos escolheram apenas um instrumento (entrevista -2) e (análise documental -1).

Analisando as considerações finais, inferimos que a política estadual de avaliação está intrinsecamente ligada às estratégias de modernização da gestão que busca alcançar a regulação

desejada através das metas estabelecidas e da política de incentivo com o pagamento do Bônus aos profissionais da educação. As pesquisas nos mostram ainda que essa política é apenas um incentivo e não uma valorização real dos professores ou da gestão, pois tal bonificação não é incorporada aos salários destes profissionais. Identificamos que ao passo que essa política é implementada nas escolas, todos tentam se adequar de diferentes maneiras para dar conta e alcançar as suas metas, deixando evidente as interferências que tal política causa no cotidiano escolar entre gestores e docentes e estes com os seus alunos, tornando-se uma pirâmide de cobranças e pressões.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir das análises dos trabalhos destacamos duas questões principais. A primeira diz respeito ao crescente interesse em pesquisar sobre as políticas de avaliação externa e suas implicações na sala de aula, principalmente a partir do surgimento do PMGP-ME. A segunda questão ressalta ainda uma singela produção que se debruça sobre as políticas de bonificação e suas inferências para a educação pública no estado. Acreditamos serem necessárias mais produções sobre tal política, para compreendermos mais sobre seus impactos efetivos para a qualidade da educação que almejamos.

## **REFERÊNCIAS**

AZEVEDO, J. M. L. de. e GOMES, A. M. **Intervenção e Regulação:** contribuição ao debate no campo da educação. *Linhas Críticas*, Brasília, v. 15, n. 28, p. 95-107, jan/jun, 2009.

BONAMINO, A.; SOUSA Z.. **Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil:** interfaces com o currículo da/na escola. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas da pesquisa social.** 6. ed. 7. reimpr. São Paulo: Atlas, 2016.

PERNAMBUCO. SEDUC. **Programa de Modernização de Gestão Pública: Metas para Educação.** Pernambuco, 2008.

SANTOS, A. L. F. dos; ANDRADE, E. F. de; e MARQUES, L. R. (Org.). **Políticas educacionais no estado de Pernambuco: discursos, tensões e contradições**. Ed. UFPE, Recife, 2019.

SOUZA, C.. **Estado da Arte da pesquisa em Políticas Públicas**. In: HOCHMAN, G. (org.). Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.